



Governo do Estado do Maranhão
Assembleia Legislativa – Técnico de Gestão Administrativa
Concurso Público 2013

Prova Escrita Objetiva e Discursiva – Nível Superior

Advogado

TIPO 1 – BRANCA

Informações Gerais

- Você receberá do fiscal de sala:
 - uma folha de respostas destinada à marcação das respostas das questões objetivas;
 - uma folha destinada à transcrição das respostas das questões discursivas;
 - esse caderno de prova contendo **60 (sessenta)** questões objetivas, cada qual com **cinco** alternativas de respostas (A, B, C, D e E) e **duas** questões discursivas.
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.
- As questões objetivas são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
- Ao receber as folhas de respostas da prova objetiva e de texto definitivo da redação, você deve:
 - conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade;
 - ler atentamente as instruções para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo das questões discursivas;
 - marcar nas folhas de respostas da prova objetiva e na folha de texto definitivo das questões discursivas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu;
 - assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- Durante a aplicação da prova não será permitido:
 - qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica digital, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.
- O preenchimento das respostas da prova objetiva e do texto definitivo das questões discursivas, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser feito com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. **Não será permitida a troca da folha de respostas por erro do candidato.**
- O tempo disponível para a realização da prova é de **5 (cinco)** horas, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e para transcrição do texto definitivo das questões discursivas.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas nas folhas de respostas da prova objetiva e o texto definitivo das questões discursivas, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.
- Somente após decorridas **duas horas e trinta minutos** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova, contudo sem levar o caderno de provas.
- Somente no decorrer dos últimos **sessenta minutos** do período da prova, você poderá retirar-se da sala levando o caderno de provas.
- Ao terminar a prova, entregue a folha de respostas e a folha de texto definitivo das questões discursivas ao fiscal da sala e deixe o local de prova. Caso você se negue a entregar uma das folhas, será eliminado do concurso.
- A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos na folha de respostas e na de texto definitivo da redação.
- Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala, ao término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
- Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados no dia **27/05/2013**, no endereço eletrônico <http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/maranhao13>.
- O prazo para interposição de recursos contra os gabaritos preliminares será das 0h00min do dia **28/05/2013** até às 23h59min do dia **29/05/2013**, observado o horário oficial, no endereço <http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/maranhao13>, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.

Língua Portuguesa

01

Observe a charge a seguir.



Com relação aos elementos componentes da charge, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O título dado à charge – A verdadeira história do Brasil – tem valor irônico.
- (B) A primeira fala do entrevistado indica que já ocorreu uma pergunta anteriormente.
- (C) A pergunta do entrevistador está ligada à afirmação contida na primeira fala do entrevistado.
- (D) Os óculos escuros e as condecorações na roupa do entrevistado montam o perfil de uma autoridade no regime militar.
- (E) A imagem do entrevistador em um ambiente de show indica a ridicularização de uma investigação séria.

02

Uma gramática de língua portuguesa diz que os adjetivos de relação “Não admitem graus de intensidade e vêm normalmente postostos ao substantivo”

(Celso Cunha e Lindley Cintra, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*).

As alternativas a seguir apresentam exemplos para esse tipo de adjetivo, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Pessoa simples.
- (B) Nota mensal.
- (C) Movimento estudantil.
- (D) Casa paterna.
- (E) Vinho português.

03

“O conceito de direitos humanos está sendo transformado num palavrão”. (Boris Casoy)

Nessa frase a palavra “palavrão” exemplifica uma forma aumentativa (palavra/palavrão) que muda de sentido.

Assinale a alternativa que mostra um caso em que essa mudança de sentido **não** ocorre.

- (A) caixa / caixão
- (B) porta / portão
- (C) papel / papelão
- (D) carta / cartão
- (E) tela / telão

04

Na contracapa do livro *O Brasil*, de Mino Carta, lançado recentemente (2013), aparece o seguinte texto:

Responsável por publicações que fizeram história na imprensa brasileira desde 1960, ferozmente censurado durante a ditadura, Mino Carta recorre de maneira hábil à literatura para criar uma polêmica reflexão sobre o Brasil, promovendo uma devassa na história do país a partir da morte de Getúlio Vargas.

Uma narrativa corajosa e polêmica, leitura obrigatória para discutir o Brasil e o momento em que vivemos.

Como se trata de um texto publicitário, o autor procura motivar leitores para a compra do livro.

O elemento de motivação que **não** está presente no texto lido é

- (A) a qualidade literária do texto.
- (B) a autoridade vivencial do autor do livro.
- (C) a credibilidade de Mino Carta devido à sua obra já realizada.
- (D) o desafio de uma narrativa e reflexão polêmicas.
- (E) uma investigação inédita sobre períodos de ditadura.

05

Nas frases abaixo o adjetivo subjetivo sublinhado é acompanhado de uma explicação, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) “Uma ideia mediocre que desperta entusiasmo irá mais longe do que uma grande ideia que não inspira entusiasmo algum”. (Mary Kay Ash)
- (B) “Todas as respostas que sabemos tornaram-se inúteis porque as perguntas mudaram”. (Julio Ribeiro)
- (C) “Seja um bom vizinho e me deixe sozinho”. (A. Brilliant)
- (D) “Um arqueólogo é o melhor marido que uma mulher pode ter: quanto mais velha ela fica, mais interessado fica ele”. (Agatha Christie)
- (E) “A única pessoa realmente livre é aquela que não tem medo do ridículo”. (Luís Fernando Veríssimo)

06

Assinale a alternativa que apresenta uma frase **incoerente**.

- (A) “Uma vida pode não valer nada, mas nada vale uma vida”. (André Malraux)
- (B) “A vida é uma doença incurável”. (A. Cowley)
- (C) “A vida é a arte de se tirar conclusões de premissas inexistentes”. (S. Butler)
- (D) “Que bela comédia seria essa vida se não fôssemos os protagonistas dela!” (Denis Diderot)
- (E) “As pessoas não vivem plenamente hoje em dia. Contentam-se com, no máximo, uns dez por cento”. (Isadora Duncan)

07

“Tudo bem que a vida humana não passe de um teatro. O problema é que grande parte dela é só um melodrama barato”.

Sobre a estrutura desse pensamento de Malcolm Muggeridge é correto afirmar que

- (A) entre os dois períodos há uma relação de concessão.
- (B) o primeiro período apresenta uma discordância do segundo.
- (C) o termo “dela” estabelece uma relação de coesão com “problema”.
- (D) os termos “teatro” e “melodrama” realizam uma relação de coerência.
- (E) os adjetivos “humana” e “barato” são qualificações dos substantivos por eles determinados.

Leia o texto a seguir e responda às questões 08 e 09

“No mundial de futebol dos Estados Unidos, o locutor Evaldo José repetiu que a partida Romênia X Suécia ia ser decidida por penalidade máxima. E sempre me impressiona a capacidade de se falar sem pensar (psitacismo). Naturalmente a coisa só é penalidade (penalty) quando alguma falta foi cometida. Como na disputa final não houve qualquer falta se trata apenas de um tiro livre ou chute livre, em gol”.

(Millôr Fernandes, adaptado)

08

O tema do texto trata do seguinte tópico:

- (A) coesão formal entre elementos.
- (B) polissemia de alguns vocábulos.
- (C) presença de intertextualidade.
- (D) adequação vocabular.
- (E) desconhecimento de estrangeirismos.

09

No texto de Millôr, sobre os termos entre parênteses é correto afirmar que

- (A) indicam o significado de palavras e expressões anteriores.
- (B) na primeira ocorrência dos parênteses há a indicação do vocábulo culto que corresponde a “capacidade de falar sem pensar”.
- (C) na segunda ocorrência a palavra estrangeira *penalty* esclarece o sentido dado à palavra “penalidade”.
- (D) mostram a presença de estrangeirismos em nossa linguagem cotidiana.
- (E) na segunda ocorrência há uma crítica implícita à pouca cultura de nossos jogadores de futebol.

10

Nosso Hino à Bandeira apresenta os seguintes versos:

Salve, lindo pendão da esperança.
Salve, símbolo augusto da paz.
Tua nobre presença à lembrança
A grandeza da Pátria nos traz.

Se colocados em ordem direta, os dois últimos versos deveriam estar escritos da seguinte forma:

- (A) Tua nobre presença a grandeza da Pátria nos traz à lembrança.
- (B) À lembrança da grandeza da Pátria nos traz tua nobre presença.
- (C) Tua nobre presença nos traz a grandeza da Pátria à lembrança.
- (D) A grandeza da Pátria nos traz à lembrança tua nobre presença.
- (E) Traz-nos à lembrança tua nobre presença a grandeza da Pátria.

Noções de Informática**11**

A figura a seguir mostra um tipo de memória RAM.



Atualmente, essas memórias são do tipo

- (A) SCSI.
- (B) DDR.
- (C) HDMI.
- (D) AGP.
- (E) SATA.

12

Atualmente, telas sensíveis ao toque, comuns em *smartphones* e *tablets*, dispensam o uso do *mouse* e do teclado.

Essas telas são denominadas

- (A) *free screen*.
- (B) *display screen*.
- (C) *pressure screen*.
- (D) *bubble screen*.
- (E) *touch screen*.

13

A imagem a seguir mostra um tipo de barramento utilizado na conexão dos diversos periféricos, como impressoras, *mouse* sem fio e *pendrives*.



Esse barramento é conhecido pela sigla

- (A) USB.
- (B) PS/2.
- (C) PCI-E.
- (D) RJ-11.
- (E) RJ-45.

14

Para fechar a janela do Windows Explorer no Windows, deve-se clicar no X no canto superior direito ou executar o seguinte atalho de teclado

- (A) Alt + W.
- (B) Alt + Y.
- (C) Alt + Z.
- (D) Alt + F4.
- (E) Alt + F7.

15

No Windows Explorer, um funcionário da Assembleia Legislativa do Maranhão executou o seguinte procedimento:

- Selecionou o arquivo EFETIVO.DOC na pasta DEPUTADOS no disco C: e executou um primeiro atalho de teclado, que copiou o arquivo para a área de transferência.
- selecionou a pasta PESSOAL no mesmo disco e executou um segundo atalho de teclado, que colou o arquivo EFETIVO.DOC nesta pasta.

O segundo atalho de teclado foi

- (A) Ctrl + C
- (B) Ctrl + V
- (C) Ctrl + P
- (D) Alt + V
- (E) Alt + C

16

A figura a seguir mostra três arquivos armazenados em uma pasta no Windows Explorer.




Pelas características da figura, os formatos dos arquivos nomeados CONTRATO, LOG e RPA são, respectivamente,

- (A) DOC, JPG e PDF.
- (B) DOCX, RAR e TXT.
- (C) DWG, CDR e BAT.
- (D) PPTX, TIF e EXE.
- (E) XLS, SCR e ZIP.

17

Com relação aos recursos do Word 2010 BR para Windows, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.



- () WordArt é o recurso que tem por finalidade inserir um texto decorativo no documento.
- () O atalho de teclado Ctrl + S deve ser utilizado para salvar o texto digitado em um arquivo.
- () Para abrir um novo arquivo em branco para digitação de um texto deve ser empregado o ícone .

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F, V e F.
- (B) F, V e V.
- (C) V, F e F.
- (D) V, V e F.
- (E) F, F e V.

18

Com relação ao Word 2010 BR para Windows, analise as afirmativas a seguir.

- I. o ícone  deve ser acionado quando se deseja abrir a janela de impressão.
- II. a execução do atalho de teclado Ctrl + E tem por objetivo alinhar um texto à esquerda.
- III. o ícone  deve ser acionado para colorir o plano de fundo atrás do texto ou o parágrafo selecionado.

Assinale:




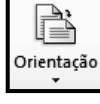
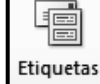
- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

19


O Word 2010 BR para Windows, na guia *Layout de Página*, oferece as possibilidades de *layouts* de página representadas a seguir.



Essas opções de *layouts* são acessadas por meio do botão

- (A)  Margens
- (B)  Tamanho
- (C)  Envelopes
- (D)  Orientação
- (E)  Etiquetas

20

O ícone  no Word 2010 BR para Windows tem o objetivo de

- (A) aumentar o espaçamento entre as linhas do texto.
- (B) aumentar a quantidade de linhas do cabeçalho.
- (C) aumentar o tamanho da fonte usada no texto.
- (D) aumentar a dimensão da caixa de texto.
- (E) aumentar o nível de recuo do parágrafo.

Legislação Específica

21

Além da lei de iniciativa popular, o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Maranhão apresenta outras formas de participação da Sociedade Civil na vida legislativa do Estado, quais sejam, as petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa física ou jurídica contra ato ou omissão das autoridades e entidades públicas, ou imputados a membros da Casa.

Tais postulações serão recebidas e examinadas

- (A) pela Ouvidoria Parlamentar, pelas Comissões ou pela Mesa, conforme o caso.
- (B) pela Corregedoria Parlamentar, pelas Comissões ou pela Mesa, conforme o caso.
- (C) pela Ouvidoria Parlamentar, exclusivamente.
- (D) pela Mesa, exclusivamente.
- (E) pela Corregedoria Parlamentar, exclusivamente.

22

Segundo o Regimento Interno da ALEMA, com relação às causas que podem levar à perda de mandato por parte dos deputados, analise as afirmativas a seguir.

- I. Cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar.
- II. Quando decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal.
- III. Que sofrer condenação criminal em sentença, ainda que não transitada em julgado.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (E) se somente a afirmativa I estiver correta.

23

Na forma do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, as alternativas a seguir apresentam competências da Corregedoria Parlamentar, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Fazer sindicância sobre denúncias de ilícitos no âmbito externo e interno da Assembleia Legislativa envolvendo deputados, promovendo a abertura de sindicância ou inquérito destinados a apurar responsabilidades e propor as sanções cabíveis.
- (B) Promover a manutenção do decoro, da ordem e da disciplina no âmbito da Assembleia Legislativa.
- (C) Propor medidas necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos e administrativos, bem como ao aperfeiçoamento da organização da Assembleia Legislativa.
- (D) Dar cumprimento às determinações da Mesa, referentes à segurança interna e externa da Casa.
- (E) Baixar provimentos no sentido de prevenir perturbações da ordem e da disciplina no âmbito da Casa, observados os preceitos regimentais e as orientações da Mesa Diretora.

24

O Presidente da Assembleia Legislativa é o seu representante quando ela se pronuncia coletivamente, e é o supervisor dos seus trabalhos e da sua ordem, nos termos do Regimento Interno.

Com relação às atribuições do Presidente, segundo o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Maranhão, analise as afirmativas a seguir.

- I. Presidir, manter a ordem e autorizar o Deputado a falar da bancada, nas sessões da Assembleia.
- II. Quanto às Comissões, declarar a perda de lugar de membros de Comissão por motivo de falta, assegurar os meios e condições necessários ao seu pleno funcionamento, e julgar recursos contra decisão do Presidente de Comissão em questão de ordem.
- III. Quanto à Mesa, presidir suas reuniões e tomar parte nas discussões e deliberações, com direito a voto, distribuir a matéria que depende de parecer, e executar as suas decisões quando tal incumbência não seja atribuída a outro membro.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

25

Sobre os direitos e deveres dos Deputados, na forma do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, assinale a afirmativa correta.

- (A) Para afastar-se do País, o Deputado deverá dar prévia ciência à Assembleia, por intermédio de seu Presidente, indicando a natureza do afastamento e sua duração estimada.
- (B) É direito do Deputado requisitar das autoridades, sempre por intermédio da Mesa, providências para garantia de suas imunidades.
- (C) No exercício do mandato, o Deputado atenderá às prescrições constitucionais regimentais e as contidas no Código de Ética e Decoro Parlamentar, não sujeitando-se, porém, às medias disciplinares nelas previstas.
- (D) O Deputado poderá, desde a expedição do diploma, firmar ou manter contrato com pessoas jurídicas de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.
- (E) Desde a posse, poderá o Deputado ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exerça função remunerada.

26

A Assembléia Legislativa, a requerimento de um terço de seus membros, constituirá Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração de fato determinado e por prazo certo, com poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.

Segundo o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, rara fins de investigação pelas CPIs estaduais, assinale a alternativa que caracteriza fato determinado.

- (A) Todos os acontecimentos narrados e caracterizados no requerimento de constituição da Comissão, independentemente da pertinência temática com o funcionamento parlamentar.
- (B) O acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do Estado, que estiver caracterizado no requerimento de constituição da Comissão.
- (C) O evento ou circunstância que, mesmo que irrelevante à vida pública e à ordem constitucional, legal, econômica e social do Estado, estiver caracterizado no requerimento de constituição da Comissão.
- (D) O acontecimento de exclusivo interesse para a ordem constitucional, que estiver caracterizado no requerimento de constituição da Comissão.
- (E) O evento ou circunstância de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do Estado, ainda que não caracterizado no requerimento de constituição da Comissão.

27

Com base na Lei 6.107, de 27 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado e dá outras providências, no ponto em que trata da licença por acidente em serviço e doença profissional, é correto dizer que:

- (A) Não configura acidente em serviço o dano físico ou mental sofrido pelo servidor, relacionado de forma mediata com o exercício do cargo.
- (B) Equipara-se ao acidente em serviço o dano decorrente de agressão sofrida, ainda que provocada pelo servidor no exercício do cargo.
- (C) Equipara-se ao acidente em serviço o dano sofrido no percurso da residência para o trabalho, mas não no percurso de retorno do trabalho para a residência.
- (D) O servidor acidentado em serviço ou acometido de doença profissional, grave, contagiosa ou incurável, será licenciado com remuneração integral.
- (E) A concessão da licença depende de inspeção por junta médica oficial do Estado e terá sempre a duração inicial de 15 (quinze) dias.

28

Segundo o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado, são deveres do servidor:

- I. Cumprir as ordens superiores, ainda quando manifestamente ilegais.
- II. Zelar pela economia do material e conservação do patrimônio público.
- III. Guardar sigilo sobre assuntos da repartição.
- IV. Manter conduta compatível com a moralidade administrativa.
- V. Residir, obrigatoriamente, no local onde exercer o cargo.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I, II e V estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I, III e IV estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II, III e IV estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas III, IV e V estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

29

Segundo o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado, ao servidor público é proibido:

- I. Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato.
- II. Retirar, modificar ou substituir, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento oficial ou objeto da repartição.
- III. Opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço.
- IV. Promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição.
- V. Cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que lhe competir ou a seu subordinado.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I, II e III estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I, III e IV estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II, III e IV estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas III, IV e V estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

30

O Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão prevê que constituem crimes de responsabilidade dos Secretários de Estado as ações e omissões por eles praticados, isoladamente ou em conexão com o Governador do Estado, definidos nos termos da Constituição Estadual, que:

- (A) violem os direitos dos cidadãos e as normas legais e constitucionais, exceto a mera inobservância dos impedimentos e das proibições previstas na Constituição Estadual.
- (B) violem os direitos dos cidadãos e as normas legais e constitucionais, exceto o mero não comparecimento à Assembléia, no prazo estabelecido no ato convocatório, para prestar esclarecimento sobre os serviços pertinentes às suas Secretárias.
- (C) impliquem inobservância dos impedimentos e das proibições previstas na Constituição Estadual, excetuadas as ações e omissões que violem os direitos dos cidadãos e as normas legais e constitucionais.
- (D) impliquem não comparecimento à Assembléia, no prazo estabelecido no ato convocatório, para prestar esclarecimento sobre os serviços pertinentes às suas Secretárias, excetuadas as ações e omissões que constituam mera inobservância dos impedimentos e das proibições previstas na Constituição Estadual.
- (E) violem os direitos dos cidadãos e as normas legais e constitucionais, além da inobservância dos impedimentos e das proibições previstas na Constituição estadual, e do não comparecimento à Assembléia, no prazo estabelecido no ato convocatório, para prestar esclarecimento sobre os serviços pertinentes às suas Secretárias.

Conhecimentos Específicos

Direito Constitucional

31

Assinale a alternativa que indica a função exercida pelo presidente da República, dentre as previstas no texto constitucional federal, considerada como inerente à função de Chefia de Governo.

- (A) Celebrar a paz, autorizado ou com o referendo do Congresso Nacional.
- (B) Presidir o Conselho de Defesa Nacional.
- (C) Enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual previsto na Constituição.
- (D) Manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos.
- (E) Celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.

32

O Tribunal de Justiça do Estado Y, composto por doze desembargadores, resolve, por ato próprio, estabelecer a criação de órgão especial composto pelo Presidente, Vice-Presidente e Corregedor, para realizar julgamentos que não necessitem de quorum especial.

Essa norma, à luz do sistema previsto na Constituição Federal,

- (A) revela-se possível pela autonomia do ente federativo.
- (B) é adequada diante do princípio da simetria.
- (C) realizar o princípio da duração razoável do processo.
- (D) destoa da normativa por suficiente previsão de tribunal pleno.
- (E) colide com o sistema por não possuir o tribunal vinte integrantes.

33

Helvécio, cidadão atuante no seu município, verifica que um dos problemas que mais aflige a população local, além da carência de serviços de saúde, é o da prestação gratuita de serviços jurídicos, tendo em vista que os poucos advogados atuantes na cidade estão assoberbados com as questões jurídicas dos seus clientes.

Nesse sentido, formula requerimento ao Prefeito do município para que ele apresente projeto de lei criando a Defensoria Pública municipal, com os cargos sendo preenchidos por concurso público de provas e títulos.

A partir da hipótese sugerida, consoante os termos das normas constitucionais federais, assinale a afirmativa correta.

- (A) Deve ser de iniciativa exclusiva da União a criação da Defensoria Pública.
- (B) É tema afeto à competência concorrente dos entes federativos.
- (C) Depende de iniciativa do Poder Judiciário, por ser função essencial à Justiça.
- (D) É possível a criação de Defensoria Pública por iniciativa do Estado federado.
- (E) Ocorre a exclusividade da prestação jurídica gratuita pelo município.

34

O partido PKK pretende apresentar ação perante o Supremo Tribunal Federal por entender que determinada norma estadual tem interpretação quanto à sua constitucionalidade controvertida, tanto em órgãos da administração pública, como em órgãos do Poder Judiciário.

Nesse sentido, consoante a normativa em vigor,

- (A) a Ação Declaratória de Constitucionalidade prescinde de interpretação controvertida.
- (B) a norma estadual e municipal não podem ser confrontadas com a Constituição Federal.
- (C) a controvérsia entre órgãos julgadores é requisito para a Ação Declaratória de Constitucionalidade mas não para a de Inconstitucionalidade.
- (D) o partido político não tem legitimidade para propor ação de controle concentrado de constitucionalidade.
- (E) o controle concentrado de constitucionalidade é realizado pelo Superior Tribunal de Justiça.

35

O Prefeito do município de Presal, preocupado com as finanças municipais, busca aconselhamentos com seus partidários para reforçar o caixa local diante das múltiplas demandas dos municípios, não suportando o tesouro as despesas extraordinárias que tais pleitos acarretariam ao já combalido orçamento anual.

Após diversas sugestões, resolve apresentar projeto de lei, remetendo-o à Câmara municipal para a criação de empréstimo compulsório.

Nos termos das normas constitucionais que regem a repartição de competências tributárias, assinale a afirmativa correta.

- (A) O referido tributo é daqueles que podem ser instituídos pela União, Estados e municípios.
- (B) No regime de competência tributárias é típico tributo estadual.
- (C) É da competência da União a instituição de empréstimos compulsórios.
- (D) Autorizado por lei complementar pode o município instituir o tributo.
- (E) O tributo é residual e de competência dos territórios.

Direito Administrativo

36

A Lei n. 8.429/92 dispõe sobre as regras aplicáveis aos atos de improbidade administrativa.

Com relação ao conteúdo dessa lei, assinale a afirmativa correta.

- (A) A lei que dispõe sobre os atos de improbidade administrativa apenas é aplicável aos servidores públicos estatutários.
- (B) A lei que dispõe sobre os atos de improbidade administrativa apenas é aplicável aos servidores estatutários e aos empregados públicos.
- (C) A lei que dispõe sobre os atos de improbidade administrativa é aplicável somente aos servidores públicos estatutários, aos empregados públicos e aos detentores de mandato eletivo.
- (D) A lei que dispõe sobre os atos de improbidade administrativa é aplicável a pessoa que não possua vínculo com a administração mas concorre para o ato de improbidade ou dele se beneficia.
- (E) A lei que dispõe sobre os atos de improbidade administrativa não é aplicável ao ocupante de cargo em comissão.

37

A prestação de serviços públicos no Brasil poderá ser feita de forma direta ou indireta. Uma das formas de delegação da prestação de serviços público é o contrato de concessão.

Esse contrato poderá ser extinto por meio de várias formas previstas na Lei n. 8.987/95.

Com relação a essas formas de extinção, assinale a afirmativa correta.

- (A) O contrato de concessão não pode ser extinto por iniciativa da concessionária em nenhuma hipótese.
- (B) Uma vez decretada a intervenção a concessão será necessariamente extinta.
- (C) Somente por ordem judicial a encampação poderá ser decretada.
- (D) Todas as formas de extinção da concessão são auto-executáveis.
- (E) A inexecução total ou parcial do serviço por parte da concessionária pode levar a caducidade da concessão.

38

A obrigatoriedade da realização de licitação para as contratações da administração pública é uma imposição constitucional. No entanto a constituição prevê também a possibilidade de essa obrigatoriedade ser excepcionada por lei.

A Lei n. 8.666/93 prevê algumas hipóteses em que as contratações poderão ser feitas sem licitação.

Com relação a essas hipóteses, assinale a afirmativa correta.

- (A) A contratação de profissional do setor artístico poderá ser feita sem licitação por ser essa inexigível na hipótese.
- (B) A contratação em casos de guerra poderá ser feita sem licitação por ser essa inexigível na hipótese.
- (C) A contratação de serviços técnicos de natureza singular com profissionais ou empresas de notória especialização poderá ser feita sem licitação por ser essa dispensável na hipótese.
- (D) A contratação nos casos de calamidade pública poderá ser feita sem licitação por ser essa inexigível na hipótese.
- (E) A aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo poderá ser feita sem licitação por ser essa dispensável na hipótese.

39

A Lei Complementar n. 101/00, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, traz uma série de diretrizes para a produção de leis orçamentárias.

Com relação à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), analise as afirmativas a seguir.

- I. O projeto da lei de diretrizes orçamentárias conterá o anexo de metas fiscais que deverá conter a avaliação da situação financeira e atuarial.
- II. A Lei de Diretrizes Orçamentárias conterá o anexo de riscos fiscais onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.
- III. A Lei de Diretrizes Orçamentárias conterá a vedação a transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

40

A administração indireta é composta por várias pessoas jurídicas, dentre essas pessoas jurídicas encontram-se as empresas públicas.

A respeito das *empresas públicas*, assinale a afirmativa correta.

- (A) Poderão assumir qualquer forma em direito admitida com exceção da forma de sociedade anônima pois necessariamente o capital da empresa pública deve ser totalmente público.
- (B) Estão subordinadas hierarquicamente ao ente criador.
- (C) Poderão ser pluripessoais.
- (D) Desenvolverão atividades econômicas sem realizar licitações ou concursos públicos.
- (E) Estão sujeitas ao regime jurídico de direito público por serem pessoas jurídicas de direito público.

41

A Administração Pública, para a realização do interesse público, possui uma série de prerrogativas, sendo dotada de um *rol* de poderes. Dentre esses poderes encontra-se o Poder de Polícia.

Com relação ao Poder de Polícia, analise as afirmativas a seguir.

- I. O poder de polícia é exercido, de forma geral, sobre a sociedade, independentemente da existência de um título jurídico específico vinculando a administração e o administrado.
- II. O poder de polícia possui, entre suas características, a auto-executoriedade e a discricionariedade.
- III. O poder de polícia poderá impor obrigações positivas ou negativas.

Assinale:

- (A) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se somente a afirmativa II estiver correta.

42

A Lei n. 6.104/94 constitui-se como o Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Maranhão.

A respeito do *exercício do cargo por parte do servidor público*, assinale a afirmativa correta.

- (A) Considera-se efetivo exercício os afastamentos em razão de faltas abonadas até o máximo de 3 dias ao mês, sendo o máximo de 15 ao ano.
- (B) Considera-se como de efetivo exercício o período de afastamento em razão do servidor encontrar-se em disponibilidade.
- (C) Considera-se como de efetivo exercício, inclusive para promoção por merecimento, o afastamento do servidor para desempenho de mandato eletivo.
- (D) Considera-se como de efetivo exercício o período de suspensão do servidor, ainda que essa não seja revista em revisão ou recurso hierárquico.
- (E) No caso de convocação para o serviço militar o servidor não poderá contar com esse período como de efetivo exercício.

Direito Civil e Processual Civil

43

A respeito das *causas de modificação da competência*, analise as afirmativas a seguir.

- I. As partes podem eleger o foro e o juízo nos quais será proposta uma ação somente quando a questão for relacionada ao território e ao valor da causa.
- II. A conexão é uma das causas de modificação da competência relativa, devendo haver identidade entre o objeto ou a causa de pedir, e estará prevento o juiz que proferir o despacho liminar positivo em primeiro lugar.
- III. Pode ocorrer a prorrogação da competência caso o réu, diante de uma ação proposta perante juízo relativamente incompetente e não havendo hipótese de foro especial, não oponha exceção de incompetência no prazo legal.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se somente a afirmativa I estiver correta.

44

Pedro moveu uma ação judicial em face de José. A sentença, sem a assinatura do juiz, foi publicada em dezembro de 2009. Em fevereiro de 2011, estando a causa ainda aguardando julgamento em razão de interposição de recurso de apelação, Mário tomou conhecimento da referida ação judicial e da sentença que lhe afetava diretamente, pois entende que deveria ter integrado o processo, já que se trata de hipótese de litisconsórcio passivo necessário e unitário, nos termos da lei.

A partir do contexto fático descrito, assinale a afirmativa correta.

- (A) A ausência de citação de Mário não impediu a formação da relação jurídica processual, sendo válida e eficaz a sentença.
- (B) É cabível a imediata propositura de ação rescisória como o único remédio jurídico hábil a anular os efeitos da sentença, pela falta de assinatura do juiz e pela ausência de citação de Mário.
- (C) Se Mário tivesse comparecido espontaneamente, não haveria que se falar em ausência de citação e, portanto, na situação narrada, a sentença poderia transitar em julgado.
- (D) As hipóteses narradas implicam em nulidade relativa e houve preclusão, pois Mário não requereu a declaração de nulidade no prazo legal.
- (E) O Tribunal poderá conhecer de ofício a falta de assinatura na sentença e a ausência da citação de Mário, devendo os autos retornar à origem a fim de se promover a citação do litisconsorte necessário unitário.

45

De acordo com o Código de Processo Civil, nas alternativas a seguir são apresentados títulos executivos judiciais, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Acordo extrajudicial de qualquer natureza, sem homologação judicial.
- (B) Sentença homologatória de conciliação ou de transação, ainda que inclua matéria não posta em juízo.
- (C) Sentença estrangeira, homologada pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (D) Formal e a certidão de partilha, exclusivamente em relação ao inventariante, aos herdeiros e aos sucessores a título singular ou universal.
- (E) Sentença penal condenatória transitada em julgado.

46

Lúcio ingressa com uma ação indenizatória em face de José. Manoel, juiz incompetente para julgar a ação, ordena a citação, que é promovida no prazo e na forma da lei processual. Ocorre que o processo acabou sendo extinto sem julgamento do mérito.

Diante do contexto descrito, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não houve interrupção da prescrição, pois o processo foi extinto sem julgamento do mérito.
- (B) Não houve interrupção da prescrição, pois o juiz que ordenou a citação era incompetente.
- (C) Houve interrupção da prescrição e a citação tornou o juízo prevento.
- (D) Somente poderia ocorrer a interrupção da prescrição por ato de ofício do juiz.
- (E) Houve interrupção da prescrição e Lúcio, ao ingressar com nova ação, poderá requerer a interrupção novamente da prescrição, pois a primeira ação foi extinta sem julgamento do mérito.

47

A respeito da validade dos negócios jurídicos, analise as afirmativas a seguir.

- I. A nulidade pode ser alegada por qualquer interessado, ou pelo Ministério Público, quando lhe couber intervir e pode ser pronunciada de ofício pelo Juiz.
- II. A anulabilidade somente pode ser alegada pelos interessados e aproveita, sem exceções, apenas aos que a alegarem.
- III. É nulo o negócio jurídico quando não revestir a forma prescrita em lei e a validade da declaração da vontade é, em regra, livre de forma especial.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (D) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (E) se somente a afirmativa I estiver correta.

Direito Penal e Processual Penal

48

Com relação ao estudo da *teoria do crime*, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A conduta pode se manifestar por meio de um comportamento positivo (ação) ou de um comportamento negativo (omissão), quando não atua o agente de acordo com o comportamento esperado pela norma.
- (B) Os crimes omissivos se dividem em próprio e impróprio, não se admitindo a tentativa em qualquer deles.
- (C) Os delitos omissivos impróprios são crimes próprios, já que se exige do autor uma qualidade especial.
- (D) Admite-se a co-autoria nos crimes omissivos impróprios.
- (E) A indicação da figura do garantidor pelo texto legal não pode ser ampliada, eis que o rol respectivo é taxativo.

49

Sobre o *crime impossível*, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.
- (B) A jurisprudência dos Tribunais Superiores tem entendido que a existência de sistema de monitoramento do local por câmeras não autoriza, por si só, o reconhecimento de crime impossível.
- (C) Na hipótese de flagrante preparado e esperado, aplica-se a mesma regra do crime impossível.
- (D) A hipótese de crime impossível é caso de atipicidade comportamental.
- (E) O princípio da lesividade é um dos principais fundamentos para o tratamento conferido pelo Código Penal ao crime impossível.

50

Com relação à *culpabilidade*, assinale a afirmativa correta.

- (A) A emoção é causa de exclusão da culpabilidade.
- (B) A embriaguez em qualquer de suas formas, exceto a preordenada, exclui a culpabilidade.
- (C) A coação moral irresistível exclui a culpabilidade por não ser exigível outro comportamento do agente.
- (D) O agente que por doença mental era, no momento da sentença, inteiramente incapaz de reconhecer o caráter ilícito do fato praticado, é isento de pena.
- (E) Os menores de 18 anos excepcionalmente podem responder pelo crime praticado de acordo com o Código Penal.

51

Assinale a alternativa que indica o princípio que fundamenta a lição da doutrina de que a prova não pertence à parte que a produziu, mas ao processo.

- (A) Princípio do livre convencimento motivado.
- (B) Princípio do contraditório.
- (C) Princípio da oralidade da prova.
- (D) Princípio da publicidade da prova.
- (E) Princípio da aquisição ou comunhão da prova.

52

A Lei n. 8.038/90 disciplina a forma procedimental para o julgamento das ações penais originárias perante o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça.

Sobre tal diploma legal, analise as afirmativas a seguir.

- I. O acusado, apresentada a denúncia ou a queixa ao Tribunal, será notificado para oferecer resposta no prazo de 15 dias.
- II. O relator decidirá monocraticamente pelo recebimento ou rejeição da denúncia ou da queixa, devendo submeter ao colegiado eventual improcedência imediata da acusação.
- III. O Supremo Tribunal Federal, inobstante a previsão da realização do interrogatório logo após o recebimento da denúncia, tem entendido que aquele ato de oitiva do acusado deve se realizar ao final da instrução, como previsto atualmente no procedimento ordinário.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Direito Eleitoral

53

A Lei Complementar n. 64/90, Lei das Inelegibilidades, alterada pela Lei Complementar n. 135/2010 – Lei da Ficha Limpa –, trata do ato abusivo.

Segundo esse diploma, assinale a afirmativa correta.

- (A) Para a configuração do ato abusivo será considerada a potencialidade de o fato alterar o resultado da eleição, além da gravidade das circunstâncias que o caracterizam.
- (B) Para a configuração do ato abusivo não será considerada a potencialidade de o fato alterar o resultado da eleição, tampouco a gravidade das circunstâncias que o caracterizam.
- (C) Para a configuração do ato abusivo será considerada a potencialidade de o fato alterar o resultado da eleição, mas não a gravidade das circunstâncias que o caracterizam.
- (D) Para a configuração do ato abusivo não será considerada a potencialidade de o fato alterar o resultado da eleição, mas apenas a gravidade das circunstâncias que o caracterizam.
- (E) Para a configuração do ato abusivo será considerada a efetiva alteração do resultado da eleição pelo fato, além da gravidade das circunstâncias que o caracterizam.

54

A Lei Complementar n. 64/90, Lei das Inelegibilidades, veio ao ordenamento com um claro escopo moralizador. Trata-se de legislação atenta aos anseios populares por candidatos (e, conseqüentemente, futuros ocupantes de cargos eletivos) probos e com postura lisa para o desempenho dos mandatos.

Com isso em mente, é correto dizer que são inelegíveis, para qualquer cargo, os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, pelo prazo de

- (A) seis anos a contar da eleição.
- (B) oito anos a contar da eleição.
- (C) oito anos a contar da diplomação.
- (D) oito anos a contar do registro da candidatura.
- (E) seis anos a contar da diplomação.

55

Com relação às *condutas vedadas aos agentes públicos* em campanhas eleitorais, analise as afirmativas a seguir.

- I. Fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público.
- II. Ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes a particulares.
- III. Usar materiais ou serviços, custeados pelos Governos ou Casas Legislativas, mesmo que não excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

56

A propaganda eleitoral é uma forma de captação de votos usada pelos partidos políticos, coligações ou candidatos com filiação partidária. Ela somente é autorizada a partir do dia 6 de julho, conforme prevê o Art. 36 de Lei n. 9.504/97. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral.

A esse respeito, assinale a alternativa que apresenta ato de propaganda eleitoral.

- (A) Aquele que leva ao conhecimento geral, apenas de forma explícita, a candidatura, mesmo que apenas postulada, e a ação política que se pretende desenvolver ou razões que induzam a concluir que o beneficiário é o mais apto ao exercício de função pública.
- (B) Aquele que leva ao conhecimento geral, ainda que de forma dissimulada, a candidatura, mesmo que apenas postulada, e a ação política que se pretende desenvolver ou razões que induzam a concluir que o beneficiário é o mais apto ao exercício de função pública.
- (C) Aquele que leva ao conhecimento geral, apenas de forma explícita, a candidatura já registrada, e a ação política que se pretende desenvolver ou razões que induzam a concluir que o beneficiário é o mais apto ao exercício de função pública.
- (D) Aquele que leva ao conhecimento geral, ainda que de forma dissimulada, a candidatura, mesmo que apenas postulada, e mesmo que não aluda à ação política que se pretende desenvolver ou às razões que induzam a concluir que o beneficiário é o mais apto ao exercício de função pública.
- (E) Aquele que leva ao conhecimento geral, apenas de forma explícita, a candidatura, mesmo que apenas postulada, e mesmo que não aluda à ação política que se pretende desenvolver ou às razões que induzam a concluir que o beneficiário é o mais apto ao exercício de função pública.

57

É certo que um dos meios mais eficazes de propaganda eleitoral é a veiculação de programas em emissoras de rádio e televisão, motivo pelo qual o controle legal dessas mídias é bastante apurado, vez que os eventuais abusos ali cometidos terão inevitável impacto na lisura do sufrágio. Por isso, a Lei n. 9.504/97 estabelece que, a partir de 1º de julho do ano da eleição, é **vedado** às emissoras de rádio e televisão, em sua programação normal e noticiário:

- I. transmitir, ainda que sob a forma de entrevista jornalística, imagens de realização de pesquisa ou qualquer outro tipo de consulta popular de natureza eleitoral em que seja possível identificar o entrevistado ou em que haja manipulação de dados.
- II. veicular propaganda política ou difundir opinião favorável ou contrária a candidato, partido, coligação, a seus órgãos ou representantes.
- III. veicular ou divulgar filmes, novelas, minisséries ou qualquer outro programa com alusão ou crítica a candidato ou partido político, mesmo que dissimuladamente, exceto programas jornalísticos ou debates políticos.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Direito do Trabalho

58

Os empregados Pedro, José e Ivo trabalham na empresa alfa e estão com seus contratos de trabalho suspensos pelos seguintes motivos: Pedro está afastado por ter sofrido acidente de trabalho típico; José encontra-se no exterior realizando curso de doutorado e Ivo está prestando serviço militar junto à Marinha do Brasil.

Em relação ao FGTS desses empregados, assinale a afirmativa correta.

- (A) O empregador não é obrigado a depositar o FGTS de nenhum dos empregados citados.
- (B) O depósito do FGTS somente é obrigatório em relação a José.
- (C) A empresa é obrigada a depositar o FGTS de todos os empregados.
- (D) O acidente de trabalho permite que Pedro saque o FGTS
- (E) A empresa continuará tendo que depositar o FGTS mensal de Pedro e Ivo.

59

O contrato de trabalho, em relação à vigência, pode vigorar por prazo determinado ou indeterminado. Uma das espécies de contrato a termo é o temporário, regido pela Lei n. 6.019/74. Quanto a essa modalidade contratual, assinale a afirmativa correta.

- (A) Pode ser usada na contratação de trabalhadores urbanos e rurais, na forma da Lei.
- (B) Pode ser usada para contratação de empregados vinculados à atividade-fim do tomador.
- (C) Pode ser realizada pelo prazo de três meses, sendo possível a prorrogação por igual prazo, bastando acordo escrito entre as partes.
- (D) Caso haja decretação de falência ou de recuperação judicial da empresa prestadora, o tomador dos serviços responde solidariamente pelos créditos trabalhistas.
- (E) É permitido às empresas de prestação de serviço temporário a contratação de estrangeiros com visto provisório de permanência no País.

60

Caso o empregado possua estabilidade (ou garantia no emprego) não poderá ser dispensado sem justa causa. Analise os casos listados a seguir e assinale o que possui garantia no emprego.

- (A) O empregado de empresa que foi eleito diretor de sociedade cooperativa criada pelos trabalhadores.
- (B) O empregado de uma empresa que foi nomeado delegado sindical.
- (C) O empregado que retorna após afastamento pelo INSS no qual recebeu benefício de auxílio doença previdenciário (B-31).
- (D) O empregado que integra, na condição de presidente, a CIPA de uma empresa.
- (E) O empregado que foi eleito dirigente de associação profissional.

Questões discursivas

Questão 01

Hélio é advogado militante, adquirindo prestígio em seu Estado. Por força da sua importância local é indicado para ocupar cargo no Conselho Nacional de Justiça, na vaga atinente à Ordem dos Advogados do Brasil. Em decorrência de desígnios políticos pouco favoráveis, seu nome não veio a ser aprovado pelo Congresso Nacional. Inconformados, seus aliados, em vários segmentos da Sociedade local e nacional, apresentam sua candidatura, agora, originária de outro órgão competente, vindo, em decorrência dos apoios tradicionais e de novos sustentáculos, a colher aprovação no órgão competente, com nomeação e posse para o cargo.

- a. Analise a indicação para o Conselho Nacional de Justiça, com base nas normas constitucionais em vigor.
- b. Apresente as características do órgão, sua composição e atuação.

Questão 02

A Administração Pública Direta pretende realizar a venda de um de seus imóveis, adquirido por meio de doação em pagamento, que se encontra sem nenhuma utilização.

Sabendo que o caso não se enquadra em nenhuma hipótese de dispensa de licitação, descreva o procedimento a ser seguido para concretizar essa venda.

Atenção!

As folhas a seguir devem ser usadas como rascunho.

Transcreva suas respostas no local apropriado da folha de texto definitivo, pois não será avaliado o texto escrito em local indevido.

Sua resposta deve ter no mínimo 20 (vinte) e no máximo, 30 (trinta) linhas.

Na folha de texto definitivo não se identifique, pois isso pode anular sua prova.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Realização

